

INSTRUÇÕES

1. Não abra este caderno antes de autorizado pelo fiscal de prova.
2. Depois de autorizado pelo fiscal, O candidato deve ler as instruções e verificar se faltam folhas neste caderno, se a sequência de 40 (QUARENTA) questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal de prova qualquer irregularidade.
3. A prova é composta de 40 (QUARENTA) questões objetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas cada uma, sempre na sequência A, B, C, D e E, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais de provas. Utilize os espaços e/ou páginas em branco para rascunho. Não destaque folhas deste caderno.
6. Ao receber a folha de respostas (gabarito), examine-o e verifique se o seu nome está impresso nele. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao fiscal de prova.
7. Transcreva as respostas para a folha de respostas (gabarito) com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul. A folha de respostas (gabarito) será o único documento válido para efeito de correção. Em hipótese alguma ocorrerá a substituição da folha de respostas (gabarito) por erro de preenchimento ou qualquer dano causado pelo candidato.
8. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre candidato, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos, eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. O saco plástico com os objetos, deverá ser colocado sob a carteira ou mesmo no assoalho da sala e não pode ser aberto sob pena de eliminação.
10. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento da folha de respostas, é de **4 (quatro) horas** a partir do início da prova.
11. Ao terminar a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de prova. Aguarde a autorização para entregar a folha de respostas (gabarito).
12. Os candidatos dos níveis Médio, podem se retirar do local de provas somente após 60 minutos do início da sua prova, porém não poderá levar consigo o caderno de provas. O candidato que sair antes será registrado em ata e será eliminado do concurso. Somente após **duas horas** do início da prova o candidato poderá sair levando consigo o caderno de provas.
13. **Os TRÊS últimos** candidatos de cada sala ficarão retido para assinar, juntamente com os fiscais daquela sala, a ata e o lacre do envelope dos gabaritos.
14. Não esquecer de levar seus pertences pessoais.

LÍNGUA PORTUGUESA

Considere o fragmento de texto a seguir para as questões 01 a 03:

Fragmento do texto “O conceito de letramento e suas implicações para a alfabetização”, de autoria de Angela B. Kleiman, publicado em 2007

[...]

O letramento tem como objeto de reflexão, de ensino ou de aprendizagem os aspectos sociais da língua escrita. Assumir como objetivo o letramento no contexto do ciclo escolar implica adotar na alfabetização uma concepção social da escrita, em contraste com uma concepção tradicional, que considera a aprendizagem de leitura e produção textual como a aprendizagem de habilidades individuais. Essa escolha implica, ainda, que a pergunta estruturadora/estruturante do planejamento das aulas seja: “quais os textos significativos para o aluno e para sua comunidade”, em vez de: “qual a sequência mais adequada de apresentação dos conteúdos (geralmente, as letras para formarem sílabas, as sílabas para formarem palavras e das palavras para formarem frases)”. [...]

Disponível em: <https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http%3A%2F%2Fwww.conhecer.org.br%2Fdownload%2FALFABETIZACAO%2FAnexo3.doc&wdOrigin=BROWSELINK>

01. O texto de onde foi retirado o fragmento acima argumenta a favor de se considerarem aspectos sociais da língua escrita no processo de alfabetização. Assinale a alternativa que NÃO considera tal perspectiva teórica.	
A.	Os estudos do letramento partem de uma concepção de leitura e de escrita como práticas discursivas, com múltiplas funções e inseparáveis dos contextos em que se desenvolvem, o que implica, inclusive, sua consideração no currículo para além da disciplina de Língua Portuguesa.
B.	A concepção da escrita defendida por estudos sobre o letramento pressupõe que as pessoas e os grupos sociais são heterogêneos e que as diversas atividades entre as pessoas – indivíduos sócio, cultural e historicamente situados – acontecem de modos muito variados.
C.	Uma atividade que envolve o uso da língua escrita (um evento de letramento) não se diferencia de outras atividades da vida social, já que, na dimensão social, letramento é um fenômeno cultural referente a um conjunto de atividades sociais que demandam o uso da escrita.
D.	A noção de uso social da escrita está relacionada à concepção da leitura e da escrita como competências, e o princípio estruturante do currículo deve ser o conteúdo estabelecido nas diretrizes voltadas ao Ensino Básico, que guia a escolha das práticas que serão consideradas na escola.
E.	Nenhuma das alternativas acima.

02. Segundo o conteúdo do fragmento do texto dado, depreende-se que, nessa perspectiva,	
A.	os “conteúdos” correspondem, basicamente, ao conjunto de saberes e conhecimentos requeridos em práticas sociais letradas, tais como aqueles necessários para a participação em práticas discursivas de leitura e produção de textos de diversos gêneros.
B.	se o letramento do aluno for o objetivo da ação pedagógica, o movimento será do conteúdo para a prática social, e não o contrário, uma vez que é necessário garantir a ele a aquisição dos conhecimentos necessários para cada etapa de ensino, os quais são pré-determinados no currículo.
C.	é natural que as representações ou os modelos que viabilizam a comunicação na prática social – os gêneros – sejam unidades importantes no planejamento, o que significa que a atividade da aula deve ser organizada em função de qual gênero ensinar, pois é imprescindível que sejam abordados os gêneros que são definidos de antemão como parte integrante do currículo.
D.	é a progressão do mais fácil ao mais difícil o que facilita ou dificulta a aprendizagem, até porque é possível dizer o que torna algo fácil ou difícil a um indivíduo, considerando que as turmas são homogêneas no que tange ao desenvolvimento cognitivo e às práticas sociais de que participam.
E.	Nenhuma das alternativas acima.

03. No que tange aos elementos linguísticos do fragmento de texto dado, assinale a alternativa INCORRETA.	
A.	As expressões “em contraste” e “em vez de” explicitam uma relação contrastiva que introduzem argumentos que são refutados como prática pedagógica adequada à perspectiva defendida.
B.	Os adjetivos “estruturadora/estruturante” apresentam sentido aproximado, nesse contexto linguístico, de ‘norteadora’, ‘essencial’.
C.	O conteúdo apresentado entre parênteses diz respeito a uma orientação pedagógica fundamental para viabilizar o letramento defendido no texto, o qual considera aspectos sociais da língua escrita.
D.	As expressões “de reflexão”, “de ensino” e “de aprendizagem” estão subordinadas ao substantivo “objeto”, definindo-o.
E.	Nenhuma das alternativas acima.

Considere o fragmento de texto a seguir para as questões 04 a 05:

Fragmento do texto “O conceito de letramento e suas implicações para a alfabetização”, de autoria de Angela B. Kleiman, publicado em 2007

[...]

Um outro aspecto, talvez ainda mais importante, da transformação na concepção do objeto a ser ensinado envolve um paulatino processo de desnaturalização (desideologização) da leitura e da escrita, em consequência da renovação contínua da prática pedagógica e dos novos papéis assumidos pelo professor, particularmente, o de aprendiz potencial de uma nova prática social. Isso introduz o estranhamento/distanciamento necessário para perceber a dificuldade da atividade e para evitar solicitações que podem não fazer sentido para o aluno. Por exemplo, nos últimos anos, a receita, o bilhete, o rótulo passaram a frequentar o livro didático e a sala de aula, sendo frequentemente utilizados para alfabetizar. Entretanto, ensinar a um grupo de crianças a ler ou escrever uma receita ou um rótulo sem ter construído um contexto que justifique sua leitura ou escrita, em atividades que poderiam perfeitamente ser feitas com outros textos (não precisamos de um rótulo para procurar o N de Neston, por exemplo) produz o efeito de uma tarefa desnecessária, sem sentido e, portanto, muito mais difícil do que aprender a letra N na cartilha, no contexto de muitas sílabas e palavras com essa letra. Efeito semelhante pode ser produzido quando se solicita ler ou escrever uma receita ou uma instrução quando poderíamos perfeitamente mostrar como fazer o prato ou como montar um brinquedo. A escritura de textos como receitas e instruções pode parecer natural para os grupos altamente letrados, mas não são ações que pertencem à ordem natural das coisas: trata-se de convenções não universais para se registrar uma ação.

[...]

Disponível em: <https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http%3A%2F%2Fwww.conhecer.org.br%2Fdownload%2FALFABETIZACAO%2FAnexo3.doc&wdOrigin=BROWSELINK>

04. Considerando o conteúdo do fragmento de texto dado, assinale a alternativa CORRETA.	
A.	A autora defende o retorno das cartilhas como instrumento de ensino, pois entende serem estas mais adequadas para o ensino da escrita do que a utilização de gêneros que podem não fazer sentido para os alunos, como receitas, bilhetes e rótulos.
B.	A autora assevera que o processo de desideologização da leitura e da escrita é o aspecto mais relevante no processo de transformação no que tange à concepção do objeto de ensino a ser considerado, uma vez que entende a escrita como prática social, a qual não pode estar atravessada por ideologias.
C.	A autora entende que as convenções relacionadas à construção de alguns gêneros, como os rótulos e as receitas, não são universais, o que significa dizer que não são acessíveis às crianças em fase de alfabetização.
D.	A autora argumenta que é necessário um realinhamento da prática pedagógica em relação às formas tradicionais de ensino – as quais não estão fundamentadas na prática social dos sujeitos envolvidos –, o que implica, inclusive, a mudança dos papéis assumidos pelo professor e pelo aluno.
E.	Nenhuma das alternativas acima.

05. A partir do que é dado no fragmento de texto, assinale a alternativa INCORRETA.	
A.	A expressão que inicia o parágrafo, “Um outro aspecto”, somada ao conteúdo que a segue, permite deduzir que, no cotexto anterior ao fragmento dado, a autora apresentou outros aspectos acerca de mudanças necessárias em relação às formas tradicionais de se pensar o processo de alfabetização.
B.	A autora argumenta que a prática pedagógica deve estar ambientada conforme as práticas sociais dos alunos, o que implica dizer que os gêneros trazidos para a sala de aula precisam fazer sentido para o aprendiz, inclusive com ações práticas de letramento.
C.	A autora entende que não se deve solicitar à criança a leitura ou escrita de receita, texto instrutivo, bilhete ou rótulo, pois não são gêneros que fazem parte de sua vivência, o que resulta em um ensino sem sentido para o aprendiz.
D.	Há elementos/construções com teor mais asseverativo, como o uso predominante de presente do indicativo, e outros com teor menos asseverativo, como o advérbio “talvez” e o verbo modal em “pode parecer natural”, sendo ambas as estratégias produtivas na construção da argumentação do texto.
E.	Nenhuma das alternativas acima.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

06. Sabendo que a raiz quadrada, do produto de um número por 0,40, é igual a 88, é CORRETO afirmar que este número é igual a:	
A.	19.360.
B.	17.744.
C.	12.025.
D.	14.040.
E.	13.960.

07. Sabe-se que o triplo de um número adicionado ao seu dobro é igual ao próprio número acrescido do resultado de $\sqrt{121} + \sqrt[3]{729}$. Diante disso, qual é esse número?	
A.	07.
B.	12.
C.	08.
D.	05.
E.	03.

08. No estado de São Paulo, acontecem a cada três anos os Jogos Estaduais da categoria “Ensino Fundamental”. Já no estado do Rio de Janeiro, os jogos estaduais da categoria “Ensino Fundamental” acontecem a cada cinco anos. Sabendo que, no ano de 2022, coincidentemente acontecem os Jogos Estaduais de São Paulo, do Rio de Janeiro e a copa do Mundo de Futebol, que acontece de quatro em quatro anos, qual será o próximo ano em que os três eventos acontecerão simultaneamente?	
A.	2.811.
B.	2.118.
C.	2.082.
D.	2.280.
E.	2.188.

09. Para preparar um delicioso doce de abóbora, é necessário utilizar uma mistura de açúcar e abóbora madura. Uma cozinheira fez quarenta e três quilos de doce, misturando açúcar e abóbora. Ela pagou um total de R\$ 121,96 nos ingredientes. No mercado em que ela costuma comprar, os preços do quilo do açúcar e da abóbora são, respectivamente, R\$ 3,47 e R\$ 2,38. Quantos quilos foram comprados de abóbora e de açúcar?

A.	14 Kg de abóbora e 28 Kg de açúcar.
B.	25 Kg de abóbora e 18 Kg de açúcar.
C.	19 Kg de abóbora e 27 Kg de açúcar.
D.	36 Kg de abóbora e 8 Kg de açúcar.
E.	29 Kg de abóbora e 15 Kg de açúcar.

10. O grêmio estudantil da minha escola resolveu fazer camisetas para os alunos. O pai de um dos alunos, que é dono de uma malharia, nos disse que, se conseguíssemos fazer os cálculos corretamente, ele venderia a camiseta a preço de custo, no entanto, precisamos vender no mínimo 1000 camisetas. Sabendo que o custo das matérias-primas de uma unidade é de R\$ 8,50 e que, além disso, há custos fixos como: aluguel do prédio, salários dos funcionários, energia, água e impostos, e que o total destes valores é de R\$ 20.000,00 por mês, qual é o preço mínimo da camiseta que venderemos na escola de forma que os custos sejam pagos e que não ocorra nem lucro nem prejuízo ao fabricante que é pai do nosso amigo?

A.	R\$ 18,50.
B.	R\$ 23,98.
C.	R\$ 19,53.
D.	R\$ 38,50.
E.	R\$ 28,50.

INFORMÁTICA

11. Tendo como base conhecimentos sobre o Microsoft Word, considere as edições realizadas na frase abaixo, do escritor Monteiro Lobato.

“Quem escreve um livro *cria um castelo*, **quem o lê mora nele.**”
Monteiro Lobato

Qual das alternativas apresenta o conjunto de comandos que foram utilizados para efetuar tais formatações?

A.	Ctrl+P, Alt+I e Ctrl+N.
B.	Alt+S, Ctrl+I e Ctrl+M.
C.	Alt+S, Ctrl+I e Alt+N.
D.	Ctrl+S, Ctrl+I e Ctrl+N.
E.	Ctrl+S, Alt+I e Ctrl+N.

12. Tendo como base conhecimentos sobre o Microsoft Excel, responda. Qual das funções(fórmulas) abaixo foi utilizada para calcular a média aritmética?

	A	B	C	D	E	F
1	Aluno	Avaliação 01	Avaliação 02	Avaliação 03	Avaliação 04	Média
2	André	7,5	6,3	4,0	6,8	6,15
3						

A.	(B2:E2)/4
B.	=MÉDIA(B2:E2)
C.	=B2+C2+D2+E2/4
D.	(B2+C2+D2+E2)/4
E.	MÉDIA(B2:E2)

13. Correlacione a primeira com a segunda coluna, ícones com a descrição dos comandos ao final, assinale a alternativa que correspondente.

- | | | |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|
| (1) |  | () Marcadores. |
| (2) |  | () Espaçamento de linha e parágrafo. |
| (3) |  | () Cor da fonte. |
| (4) |  | () Sobrescrito. |

A.	(4) Marcadores, (2) Espaçamento de linha e parágrafo; (1) Cor da fonte; (3) Sobrescrito.
B.	(3) Marcadores, (2) Espaçamento de linha e parágrafo; (4) Cor da fonte; (1) Sobrescrito.
C.	(2) Marcadores, (4) Espaçamento de linha e parágrafo; (3) Cor da fonte; (1) Sobrescrito.
D.	(3) Marcadores, (4) Espaçamento de linha e parágrafo; (2) Cor da fonte; (1) Sobrescrito.
E.	(4) Marcadores, (1) Espaçamento de linha e parágrafo; (2) Cor da fonte; (3) Sobrescrito.

14. Ao formatar um pen drive, dispositivo portátil, por meio da interface gráfica do Windows Explorer do Microsoft Windows 10, qual é o sistema de arquivos padrão apresentado para que seja realizada a operação?

A.	EXT4
B.	.html
C.	FAT32
D.	UFS
E.	*.docx

15. Tendo como base conhecimentos sobre o Microsoft Power Point e suas teclas de atalho, assinale a alternativa que descreve as funções realizadas pelos comandos Shift+F5 e F5, respectivamente.

A.	Inicia a apresentação a partir de um slide selecionado e selecionar um layout de slide.
B.	Selecionar um layout de slide e inicia a apresentação dos slides.
C.	Inicia a apresentação a partir do primeiro slide e inicia a apresentação a partir de um slide selecionado.
D.	Selecionar um tema e inicia a apresentação a partir de um slide selecionado.
E.	Inicia a apresentação a partir de um slide selecionado e inicia a partir do primeiro slide.

CONHECIMENTOS GERAIS, LEGISLAÇÃO

16. A Lei 777/97 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Guaratuba, em seu Art. 34 estabelece: O regime de tempo integral poderá ser aplicado, no interesse da Administração e ressalvado o direito de opção, na forma que a lei dispuser:

I - aos que exerçam atividades técnicas e/ou científicas.

II - a ocupante de cargo ou função que envolva responsabilidade de direção, chefia ou assessoramento.

III - a ocupantes de cargo em comissão.

IV - ao conjunto de servidores de determinadas unidades administrativas, quando a natureza do trabalho o exigir.

V - aos dirigentes sindicais.

São verdadeiros os itens:

A.	I, II, III e V, apenas.
B.	II, III, IV e V, apenas.
C.	I, II, III e IV, apenas.
D.	II, III e V, apenas.
E.	Todos os itens são verdadeiros.

17. Dentre os países listados a seguir, qual é considerado o maior exportador de riquezas naturais?

A.	Argentina.
B.	Brasil.
C.	China.
D.	Índia.
E.	Estados Unidos da América.

18. Qual é o maior porto do estado de Santa Catarina em movimentação de contêineres?

A.	Porto de Itajaí.
B.	Porto de Tatames em São José.
C.	Porto de Itapoá.
D.	Porto de Navegantes.
E.	Porto de Imbituba.

19. A Lei 777/97 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Guaratuba, em seu Art. 43, estabelece:

A.	Será de seis meses de efetivo exercício na classe o interstício para promoção.
B.	Será de um ano de efetivo exercício na classe o interstício para promoção.
C.	Será de dezoito meses de efetivo exercício na classe o interstício para promoção.
D.	Será de dois anos de efetivo exercício na classe o interstício para promoção.
E.	Será de trinta e seis meses de efetivo exercício na classe o interstício para promoção.

20. A chamada Malacoculturase refere-se à criação de:	
A.	Ostras.
B.	Camarões e lagostas.
C.	Vieiras.
D.	Moluscos (caramujos, chocos, lulas e polvos).
E.	Mexilhões.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO PÚBLICO

21. De acordo com a legislação tributária, assinale a alternativa CORRETA:	
A.	O art. 5º do Código Tributário Nacional não adota a teoria tripartite.
B.	A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo relevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei.
C.	Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
D.	A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo relevante para qualificá-la a destinação legal do produto da sua arrecadação.
E.	Apesar de previsão diversa no art. 5º do Código Tributário Nacional, são tributos, segundo o entendimento majoritário do Supremo Tribunal Federal, os impostos, as taxas, contribuição de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.

22. Sobre as taxas no sistema tributário brasileiro, analise as alternativas a seguir e assinale a CORRETA:	
A.	Por se tratar de espécie de tributo diverso de imposto, pode adotar base de cálculo do mesmo.
B.	A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola a previsão constitucional acerca das taxas.
C.	A orientação do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a Taxa de Iluminação Pública é inconstitucional, uma vez que seu fato gerador tem caráter inespecífico e divisível.
D.	Como é um tributo vinculado a uma ação estatal em prol do contribuinte, a taxa pode ser calculada em função do capital da empresa.
E.	As taxas podem ser instituídas pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e indivisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

23. Com relação à contribuição de melhoria, assinale a alternativa INCORRETA:	
A.	A contribuição de melhoria pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
B.	Ao instituir uma contribuição de melhoria, o ente tributante não necessita publicar previamente o orçamento do custo da obra, sendo apenas essa publicação necessária ao final da obra, momento em que se tem o valor total da despesa realizada.
C.	Esse tributo tem como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado e, como limite global, o custo da obra.
D.	Para sua instituição, é necessária a valorização imobiliária, caso contrário, não há fato gerador de tributo.
E.	A contribuição de melhoria é um tributo de natureza vinculada.

24. No que se refere aos tributos do sistema brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:	
A.	Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, são tributos apenas os impostos, taxas e contribuição de melhoria, sendo os dois últimos de natureza vinculada.
B.	Segundo o art. 5º do Código Tributário Nacional, são tributos os impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais, sendo as taxas e contribuição de melhoria tributos de natureza vinculada.
C.	Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, são tributos apenas os impostos, taxas e contribuição de melhoria, sendo todos eles tributos de natureza vinculada.
D.	Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, são tributos os impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais, sendo as taxas e contribuição de melhoria tributos de natureza vinculada.
E.	Segundo o art. 5º do Código Tributário Nacional, são tributos os impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais, sendo apenas as taxas tributos de natureza vinculada.

25. À luz da competência tributária, assinale a alternativa CORRETA:	
A.	A competência tributária é o poder de instituir o tributo e a capacidade tributária ativa, é o poder de fiscalizar, arrecadar e executar, sendo ambas delegáveis.
B.	A bitributação ocorre quando o mesmo ente tributante cobra dois ou mais tributos em razão de um mesmo fato gerador.
C.	Não há diferença entre a competência tributária e a capacidade tributária ativa, correspondendo as duas ao mesmo conceito.
D.	O “bis in idem” ocorre quando há a cobrança de um mesmo tributo por dois ou mais entes tributantes diferentes.
E.	A capacidade tributária ativa é o poder de fiscalizar, arrecadar e executar, já a competência tributária é o poder de instituir o tributo, sendo apenas a capacidade tributária ativa delegável.

26. Quanto às limitações ao poder de tributar instituídas na Constituição Federal de 1988, no art. 150, assinale a alternativa INCORRETA:	
A.	É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre os templos de qualquer culto. Essa vedação corresponde a uma isenção.
B.	É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
C.	É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
D.	É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros. Essa vedação corresponde a uma imunidade.
E.	É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios utilizar tributo com efeito de confisco.

27. Com relação aos crimes contra a Administração Pública previstos no Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:	
A.	Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente, desde que com remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública.
B.	Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, corresponde ao crime de corrupção passiva.
C.	Há a previsão do crime de peculato na modalidade culposa.
D.	Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, corresponde ao crime de concussão.
E.	Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, corresponde ao crime de peculato.

28. São tributos de competência da União, EXCETO:	
A.	Imposto sobre a propriedade territorial rural.
B.	Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
C.	Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.
D.	Imposto sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
E.	Imposto sobre produtos industrializados.

29. Acerca dos empréstimos compulsórios, assinale a alternativa CORRETA:	
A.	Devido ao seu caráter de urgência, o empréstimo compulsório é exceção ao princípio da anterioridade anual e nonagesimal, apenas no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
B.	É um tributo de competência apenas da União, o qual pode ser instituído por meio de medida provisória, devido ao seu caráter de urgência.
C.	Poderá ser instituído para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de toda e qualquer guerra ou sua iminência.
D.	Devido ao seu caráter de urgência, o empréstimo compulsório é exceção ao princípio da anterioridade anual e nonagesimal, para atender a despesas extraordinárias e no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
E.	Corresponde a um tributo não vinculado, porém, é um tributo de receita vinculada.

30. Sobre a legislação tributária brasileira, assinale a alternativa INCORRETA:	
A.	A taxa é um tributo, faz parte do regime jurídico de direito tributário e decorre de lei, uma vez que sua cobrança é compulsória.
B.	Embora muito se confundam, a taxa e o preço público não são sinônimos.
C.	A cobrança da tarifa é fixada pela autoridade administrativa competente e não respeita as limitações constitucionais ao poder de tributar, uma vez que não é considerada um tributo.
D.	Apesar de inúmeras diferenças entre elas, tanto a taxa como o preço público necessitam da utilização efetiva para ensejar cobrança.
E.	O preço público decorre de um regime jurídico contratual e respeita o direito administrativo, não se sujeitando aos princípios tributários.

31. No que se refere aos princípios constitucionais quanto às limitações ao poder de tributar, assinale a alternativa CORRETA:	
A.	Não há nenhum imposto municipal que seja exceção ao princípio da anterioridade anual.
B.	A alteração da alíquota do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é uma exceção ao princípio da anterioridade nonagesimal.
C.	A fixação da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores Urbana é uma exceção ao princípio da anterioridade anual.
D.	O Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza é uma exceção ao princípio da anterioridade anual e nonagesimal.
E.	A fixação da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é uma exceção ao princípio da anterioridade anual.

32. Acerca do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, assinale a alternativa INCORRETA:	
A.	Segundo previsão constitucional, pertencem aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação desse imposto, entretanto, quando delegada a capacidade tributária ativa, pertencem a eles a sua totalidade.
B.	Não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel ou que possua imóvel de pequeno valor, assim definido em lei.
C.	Será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.
D.	Será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal. Essa situação ocorre quando a União delega a sua capacidade tributária ativa em relação ao imposto.
E.	É um tributo de competência da União e não é exceção ao princípio da anterioridade anual e nonagesimal.

33. Em consonância com os princípios do direito tributário, assinale a alternativa INCORRETA:	
A.	Alguns tributos têm caráter extrafiscal, isto é, têm finalidades regulatórias de comportamentos sociais, matéria econômica, social e política, além de arrecadação, por isso alguns tributos são exceções ao princípio da anterioridade.
B.	Podemos considerar que o princípio da capacidade contributiva é um desdobramento da isonomia, uma vez que está ligado ao tratamento desigual na medida das desigualdades. Nessa perspectiva, faz uso da progressividade, proporcionalidade e seletividade, para sua graduação de acordo com a capacidade econômica do contribuinte.
C.	Fundado no pacto federativo, o princípio da não discriminação e da uniformidade geográfica não permite relativizações, já que isso fere o princípio da isonomia.
D.	Apesar do seu caráter social, a imunidade dada à tributação das instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos não é autoaplicável, já que é necessário o preenchimento de requisitos previstos em lei por parte das entidades.
E.	Como visa a facilitar o acesso à educação e à informação, a imunidade dada aos livros, periódicos e jornais é incondicionada e objetiva.

34. Quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, assinale a alternativa CORRETA:	
A.	Sua base de cálculo é o valor real do imóvel.
B.	Entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de pelo menos 2 (dois) melhoramentos indicados em lei, os quais não necessitam ser construídos ou mantidos pelo Poder Público.
C.	Entre os melhoramentos, pode-se citar o sistema de esgotos sanitários e a rede de iluminação pública apenas com posteamento para distribuição domiciliar.
D.	A escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 10 (dez) quilômetros do imóvel considerado e o abastecimento de água são melhoramentos previstos em lei como alguns dos requisitos para ser considerado área urbana.
E.	A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas pela existência mínima de dois melhoramentos dispostos em lei.

35. Sobre a repartição das receitas tributárias, pertencem aos Municípios:	
A.	Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
B.	Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
C.	A totalidade do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, em qualquer situação.
D.	Setenta e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
E.	Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

36. Em virtude do caráter extrafiscal do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, analise os itens a seguir:

I - Esse imposto pode ser progressivo em razão do valor do imóvel.

II - Esse imposto pode ter alíquotas diferentes de acordo com a localização do imóvel.

III - Esse imposto pode ter alíquotas diferentes de acordo com o uso do imóvel.

IV - Quando o Poder Público exigir o adequado aproveitamento da propriedade, há a possibilidade de penalizar o proprietário caso não o faça. Entre as penas, há o parcelamento ou edificação compulsórios e a aplicação de imposto progressivo no tempo.

V - Quando o Poder Público exigir o adequado aproveitamento da propriedade, há a possibilidade de penalizar o proprietário caso não o faça. Entre as penas, há, por último, a desapropriação. Nesse caso, não é necessária a indenização, já que não houve o respeito do direito fundamental à função social da propriedade, com previsão constitucional.

VI - Quando o Poder Público exigir o adequado aproveitamento da propriedade, há a possibilidade de penalizar o proprietário caso não o faça. Entre as penas, há, por último, a desapropriação, com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até cinco anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

VII - Quando o Poder Público exigir o adequado aproveitamento da propriedade, há a possibilidade de penalizar o proprietário caso não o faça. Entre as penas, há, por último, a desapropriação, com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Assinale a alternativa que corresponde apenas aos itens que estão CORRETOS:

A.	I, II, III, IV e V.
B.	I, II, III, IV e VI.
C.	I, II, III, IV e VII.
D.	II, III, IV e V.
E.	II, III, IV e VII.

37. Quanto ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, é CORRETO afirmar:

A.	A lista anexa à Lei Complementar n.º 116, de 31 de julho de 2003, do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, possui um rol meramente exemplificativo.
B.	O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, sem exceções, sendo contribuinte o prestador do serviço.
C.	A alíquota mínima é de 3% (três por cento) e a máxima é de 5% (cinco por cento).
D.	No caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é o consorciado. Já no caso dos serviços de arrendamento mercantil, o tomador do serviço é o arrendatário, pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica, domiciliado no País, e, no caso de arrendatário não domiciliado no País, o tomador é o beneficiário do serviço no País.
E.	Os Municípios e o Distrito Federal, mediante lei, poderão atribuir de modo expresse a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, não excluindo a responsabilidade do contribuinte, atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

38. No que se refere à responsabilidade dos sucessores, à luz do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA:	
A.	A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, subsidiariamente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.
B.	A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, mesmo que não continue a exploração, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.
C.	A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, integralmente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.
D.	A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de um ano, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.
E.	A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

39. Acerca dos tributos municipais, assinale a alternativa CORRETA:	
A.	Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o serviço de iluminação pública deve ser cobrado por meio de taxa, por se tratar de um serviço público específico e divisível. Nesse sentido, para esse tributo vinculado, é facultada a cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.
B.	Para custear o serviço de iluminação pública, o Município deve fazê-lo por meio da instituição de contribuição, uma vez que esse serviço público é específico e divisível. Observa-se que é facultada a sua cobrança juntamente na fatura de consumo de energia elétrica.
C.	Por se tratar de serviço público específico e indivisível, a coleta de lixo deve ser cobrada por meio de taxa, tributo vinculado a uma ação estatal. Para definir a base de cálculo, o Município pode fazer uso de dados como localização, uso do imóvel, destinação e metragem da área construída.
D.	O Município, ao prestar o serviço de iluminação pública, deve cobrá-lo por meio de contribuição, uma vez que esse serviço tem fato gerador não mensurável. Assim, a cobrança da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública pode ser cobrada juntamente na fatura de consumo de energia elétrica.
E.	O serviço de coleta de lixo pode ser cobrado por meio de taxa, por se tratar de serviço público específico e divisível. Desse modo, quando da instituição da base de cálculo desse tributo, o Município pode fazer uso integralmente da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, pois esta seria a melhor alternativa para respeitar o princípio da isonomia e da capacidade contributiva, segundo o Supremo Tribunal Federal.

40. Sobre a legislação tributária, assinale a alternativa INCORRETA:	
A.	Por ferir o princípio da irretroatividade, a lei não se aplica a ato ou fato pretérito.
B.	A obrigação acessória tem como objeto prestações positivas e também negativas, e, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
C.	Quando não houver disposição expressa em sentido contrário, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na seguinte ordem: a analogia; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; e, por fim, a equidade.
D.	Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, subroga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria.
E.	A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, e também da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.

Ficha de respostas para conferência (CONCURSO GUARATUBA – 09/10/2022)
Acesse o Gabarito Provisório a partir de 10/10/2022

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40					